

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: 13

Data 28/10/88 Pg.: _____

190 VIVA
DOSSIÊ DEFENDE ÍNDIOS

Fotos Eduardo Viveiros de Castro



Índios: ameaçados também pelas hidrelétricas

Free-lance para a Folha

Medidas paliativas como o decreto assinado pelo presidente Sarney há algumas semanas —suspensão de incentivos fiscais para projetos agropecuários na Amazônia e proibindo a exportação de madeira em tora durante três meses—, ditadamente impedirão que a região continue sendo devastada. Agindo contra essa tendência, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (entidade não-governamental sem fins lucrativos, integrada por antropólogos, médicos, advogados, estudantes e outros profissionais) se agita diante da perspectiva de construção de sete hidrelétricas nos rios Xingu e Iriri, nos estados do Pará e Mato Grosso.

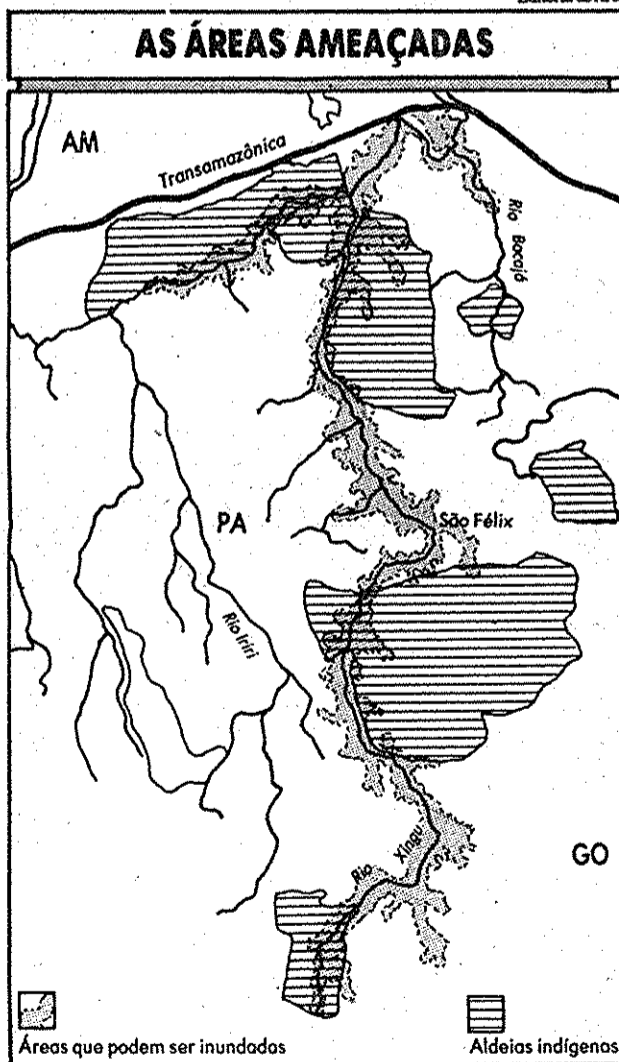
Em meados de novembro, as antropólogas da Comissão Leinad Ayer Santos, 37, e Lúcia de Andrade, 28, estarão lançando um dossiê chamado "As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas". Nas suas quase 200 páginas, 23 autores, entre ecólogos, engenheiros, antropólogos, físicos e outros, amealham informações sobre as possíveis consequências de tal empreendimento.

A idéia da construção das usinas teve início por volta de 1975, quando se iniciaram os estudos de inventário, necessários para qualquer projeto desse porte. Coordenadas pela Eletronorte, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, as usinas foram projetadas para cinco locais no rio Xingu (Juruá, Babaquara, Ipixuna, Kocraimoro e Jarina) e dois no rio Iriri, seu principal afluente. Somados os metros, a área inundada teria a extensão de 18 mil km², e atingiria cerca de dez áreas indígenas, incluindo o parque do Xingu —o que contabilizaria mais de cinco mil índios de várias tribos impossibilitados de viver, é claro, embaixo de um lago de 97 metros de profundidade.

Todos esses números, no entanto, não teriam significado maior, caso não se incluísse aí a destruição de centenas de

habitats naturais, cachoeiras, praias fluviais, ilhas etc., acarretando o extermínio de milhares de tartarugas, jacarés, golfinhos de água doce, botos, lontras, capivaras, tamanduás, onças, bichos-preguiça, macacos, que, na "melhor" das hipóteses, seriam vítimas de falso salvamentos, como o que ocorreu durante a inundação da usina de Tucuruí, quando a operação Curupira passou de barco recolhendo as

Editoria de Arte



espécies empoleiradas no alto das árvores, para levá-las para algum zoológico, laboratório de análises, ou para alguma floresta já superhabitada.

Lúcia Andrade diz que a construção das usinas, prevista para ser iniciada em 1993, "vai ocasionar a contaminação da água, o fim da pesca, o desmatamento dos canteiros de obras e de áreas que irão contornar o linhão que transportará a energia até o sul, cerca de três mil km, cujo custo, aliás, nem está previsto". Segundo ela, a construção das hidrelétricas faz parte do Plano 2.010, que prevê um empréstimo de US\$ 500 milhões (cerca de Cz\$ 220 bilhões) para o setor elétrico e 65 usinas novas até o ano 2.010.

De acordo com José Antônio Muniz Lopes, coordenador geral da presidência da Eletronorte, apenas a usina de Kararaô faz parte do Plano 2.010, o que não provocará remanejamento de qualquer tribo e nem inundará a cidade de Altamira (PA) como vem sendo divulgado. As demais usinas mapeadas, embora descartadas, poderão ser retomadas nos próximos governos.

Ainda existe dúvida quanto a necessidade energética que justifique o plano. "A ameaça de blecaute é uma grande chantagem do governo, que com a obra, poderá obter muitos recursos. O físico José Goldemberg, por exemplo, vem sugerindo que a energia que existe seja melhor aproveitada e sempre cita o fato de que as geladeiras norte-americanas gastam menos do que as nossas. Além disso, é importante lembrar que as fábricas de alumínio da região, como a Alcoa, Albrás e outras, utilizam 60% da energia gerada por Tucuruí e pagam por ela um preço bem mais baixo do que a população, já que são subsidiadas", revela Lúcia Andrade. Leinad Santos acha que "o fundamental é discutir a política global de energia e não casos isolados, e descobrir qual modelo de desenvolvimento nós queremos, a partir de um imprescindível acesso às informações. E, em última instância porque não se acaba Tucuruí e Itaipu primeiro?"

Muniz Lopes enfatiza: "Temos que garantir o abastecimento elétrico do país, mas não faremos isso destruindo rios e florestas". Além disso, diz que "só poderemos consultar os índios quando tiver a aprovação do governo para a construção da usina". Ou seja, após o decreto presidencial.



Os araweté vivem nas margens do rio Xingu